

A Estratégia do Capital no Rio de Janeiro

Allan Mesentier¹

Apresentação

Nesses últimos anos, muitas foram as lutas realizadas pelo conjunto dos movimentos sociais no Rio de Janeiro. Inúmeros foram os processos de resistência sustentados pelos trabalhadores, mulheres e juventude em nosso estado. Ocupamos prédios abandonados na luta pela moradia, lutamos contra grandes siderúrgicas, denunciemos a política de extermínio do governo do estado, a criminalização do Funk, ocupamos reitorias, lutamos contra os leilões do petróleo, estivemos na luta pela reforma agrária e contra o trabalho escravo, defendemos os direitos dos desabrigados por conta das chuvas e, hoje, resistimos contra as remoções.

Esses inúmeros processos de lutas difusas e atomizadas, que em um primeiro momento não teriam por que convergir para o mesmo espaço de organização, acabaram por se encontrar na Plenária dos Movimentos Sociais (PMS) e, em seguida, por consolidar todo um campo social e político em seu entorno (sindicatos, mandatos, institutos, intelectuais e movimentos).

Cabe lembrar, que em um primeiro momento, a convergência desses diversos lutadores se deu apenas pela solidariedade de classe existente entre os diversos movimentos. Porém, com o tempo, o conjunto do movimento social foi identificando traços comuns entre as suas lutas. Dessa maneira, esse processo de convergência de lutadores começou a se transformar em um processo de convergência de lutas, a partir da identificação de elementos comuns, tais como: a criminalização da classe e o processo de reestruturação produtiva. Hoje, a PMS representa um dos principais pólos de resistência dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro.

A tentativa desse texto é acumular em dois sentidos. Primeiro: mostrar a existência de um fio condutor capaz de articular as diversas lutas que se organizam em torno da plenária de movimentos sociais. Isso ocorre, na medida em que, esses diferentes movimentos lutam contra o mesmo projeto excludente de estado e de cidade. Segundo: apresentar a estratégia do capital para o Rio de Janeiro. É importante ficar claro que esse texto não se propõe a ser uma análise definitiva sobre a questão, mas apenas um primeiro esboço para que possamos abrir o debate.

1. O Metabolismo do Capital no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro tem vivido um profundo processo de mudança das suas estruturas de produção e de circulação de mercadorias. A construção de novas siderúrgicas e refinarias, a reforma

¹ allanmesentier@gmail.com

ou reequipamento de antigas indústrias, a reforma de portos e aeroportos, a duplicação de estradas e a reativação de antigas ferrovias são algumas das formas de manifestação desse processo. Nesse texto, pretendemos apresentar e esclarecer o sentido do processo atual de reestruturação produtiva em curso no nosso estado e, em seguida, apresentar os impactos desse processo sobre as relações sociais que se estabelecem no território, mostrando algumas de suas implicações econômicas, ambientais e, principalmente, políticas e sociais.

O sentido da reestruturação produtiva em curso no Rio de Janeiro é transformar o nosso estado em uma das principais plataformas de beneficiamento (processo industrial que agrega o mínimo de valor a matérias primas, necessário a sua comercialização) e exportação de *Commodities* do país (produtos primários negociados no mercado internacional. No caso do Rio de Janeiro, petróleo, minério de Ferro, celulose e etanol). E pretende, ao mesmo tempo, reorganizar a cidade do Rio de Janeiro para que ela possa ser vendida ao mundo como um centro especializado em serviço de alto valor agregado (no caso: Turismo, Gestão de Negócios e Inovação)².

Para compreendermos o significado desse processo de transformações pelo qual o Rio de Janeiro passa, é preciso esclarecer quais as empresas envolvidas nele. Trata-se do grande capital transnacional brasileiro (mineradoras, petrolíferas e construtoras) associado ao capital estrangeiro. O processo de reestruturação produtiva pelo qual o Rio de Janeiro passa está intimamente ligado à consolidação dessas empresas no mercado mundial como grandes exportadoras de matérias primas.

A lista das empresas envolvidas não é pouco significativa. Na região do Porto de Sepetiba, no sul do estado, temos a CSA (um empreendimento conjunto da Thyssen Kruppi com a Vale), a GERDAU, a LLX, a MRS e a Usiminas. Já na região do médio Paraíba, temos a CSN e o Grupo Votorantim. No Norte-Fluminense, a MMX, a LLX e OGX se preparam para operar no Porto do Açu. Em Itaboraí, a Petrobrás e a Braskem estão construindo o Comperj. Na Bacia de Campos, temos a presença da Petrobrás, OGX, Repsol e Chevron. E, em todo o estado, e principalmente na cidade do Rio de Janeiro, multiplicam-se os investimentos da rede hoteleira³ e empreendimentos imobiliários.

Porém, esse processo de desenvolvimento só é possível com um forte investimento em infraestrutura. O problema é que estes capitais não estão dispostos a fazê-lo, pois o seu principal interesse está na exploração dos recursos naturais, no seu beneficiamento e exportação. É aqui que entra o papel do Governo Federal e a sua associação com as grandes construtoras: Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Construtora OAS e Camargo Corrêa. Todas elas importantes transnacionais brasileiras.

Quando observamos as principais obras do PAC e do PAC II, no estado do Rio de Janeiro, vemos a convergência dessas obras com essa estratégia de desenvolvimento ditada pelo interesse

² Esse projeto fica claro no documento elaborado pela FIRJAN “Mapa do Desenvolvimento do Rio de Janeiro” onde são apresentadas as perspectivas de desenvolvimento do estado em três eixos principais: i) Estado Exportador; ii) Pólo Turístico; iii) Pólo de Inovação Tecnológica.

³ Temos a EBX na reforma do Hotel Glória, o CesarPark em Angra dos Reis e o consórcio ClubMed, em Cabo Frio.

das grandes transnacionais agro-minero-exportadoras. Podemos afirmar que mais de 90% dos recursos do PAC destinados ao estado do Rio de Janeiro serão aplicados em obras que beneficiam diretamente essas empresas.⁴

Podemos citar algumas obras importantes: a ampliação e dragagem do Porto de Sepetiba, a construção do arco metropolitano que irá ligar o Porto de Sepetiba ao pólo petroquímico de Itaboraí, a reforma do Galeão (para sua posterior privatização), a duplicação da Rio-Santos, a reativação de Ferrovias que ligam o conjunto de Portos com a malha ferroviária em funcionamento e, até, a construção do trem bala que irá ligar o Rio de Janeiro a São Paulo e, portanto, mudar todo o funcionamento do Centro do Rio. Todos esses projetos passam pela associação direta das grandes construtoras com o governo federal e empresas transnacionais.

No campo da infra-estrutura, um projeto que merece destaque é a construção da Usina Nuclear Angra 3. Com o desenvolvimento do pólo siderúrgico na região sul fluminense, a demanda por energia elétrica irá aumentar enormemente. A necessidade de se aumentar a geração de energia elétrica levará à expansão da matriz energética do nosso estado no sentido da energia nuclear. Esta fonte de energia é responsável pela geração de um enorme passivo ambiental e, além disso, há vários riscos de sua instalação próxima à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante é que o papel do governo federal não se limita apenas ao investimento e à construção da infra-estrutura necessária para o funcionamento das grandes siderúrgicas e refinarias. Ele vai além, estando presente, principalmente, no financiamento da maioria dessas grandes obras e projetos através do BNDES. Outro mecanismo importante utilizado pelo BNDES para apoiar essas empresas, é a compra de ações dessas companhias através do fundo de investimentos BNDESPar, dessa forma o estado brasileiro injeta recursos diretamente nas transnacionais. Por exemplo, o BNDESPar detém 31,35% da Telemar/Oi, 17,03% da JBS-Friboi, 11,51% da Vale S/A e 30,42% da FIBRIA Celulose S/A (empresa do Grupo Votorantim).

Os recursos da união não estão sendo usados em investimentos que atendam as demandas do nosso povo, ampliando e melhorando a nossa rede de saúde e educação, ou ainda, na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável. O que vemos, é o estado brasileiro aprofundar o seu processo de endividamento (dívida interna) para financiar uma política de desenvolvimento favorável às transnacionais. Nos últimos dois anos o BNDES recebeu 180 bilhões do Tesouro Nacional para que fossem repassados a essas empresas. Modelo que acaba privilegiando alguns, embora seja sustentado por todos nós.

⁴ Muitas vezes não damos a devida atenção ao papel das grandes construtoras em nosso estado. Com o processo de privatizações ocorrido durante a década de noventa, boa parte da infra-estrutura de nosso estado passou a ser controlada por esses grupos. Por exemplo, a Construtora OAS através da Inespar controla a Linha Amarela S/A Lamsa e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro. A Camargo Corrêa (16,35%) e a Andrade Gutierrez (15,41%) controlam a CCR que detém as concessões das rodovias Presidente Dutra, Rio Petrópolis, Ponte Rio Niterói e Via Lagos.

Podemos dizer que estamos diante de um processo de “modernização conservadora” da nossa economia. Modernização, na medida em que essas novas plantas industriais super-intensivas em capital são erguidas e temos o investimento em novas estradas, portos e aeroportos. Tudo isso aumenta e intensifica o fluxo de mercadorias e pessoas.

Porém esse processo é, ao mesmo tempo, extremamente conservador. Primeiro: porque aprofunda a dependência dentro da economia brasileira na medida em que recoloca o país em uma posição primário-exportadora dentro da divisão internacional do trabalho, vinculando nosso crescimento econômico à expansão da economia mundial (hoje, o principal destino das exportações brasileiras é a China, essa corrente de comércio atingiu em 2010 o valor de 30,7 bilhões de dólares, sendo o principal destino das exportações de minério de ferro do Brasil). Segundo: quando se faz a aposta no complexo agro-minero-exportador, contribui-se para a concentração da renda e da riqueza, em especial para a concentração fundiária. Isso porque estes capitais dependem da apropriação dos recursos naturais para que possam se expandir, movimento que vai na contra mão da reforma agrária. Terceiro: posicionamo-nos dentro das cadeias produtivas globais com as etapas mais poluentes e nocivas ao meio ambiente e de menor valor agregado.

Entretanto, não devemos confundir isso com “reversão neocolonial”, na medida em que esse processo se dá em um patamar superior, já que esse capital se encontra internacionalizado e desempenhando um forte papel sub-imperialista ou de imperialismo subalterno. Hoje, o Brasil não exporta apenas matérias primas para o resto do mundo, mas exporta também capitais que operam nos setores primário-exportadores, explorando recursos naturais e força de trabalho por todo o mundo (principalmente nos países da América Latina e da África). Por isso, é importante colocar que esse processo não representa o enfraquecimento do capitalismo dependente brasileiro, mas sim, o seu fortalecimento.

Uma questão importante que deve ser desmistificada é a de que esse processo levaria à elevação do nível de emprego em nosso estado. Por exemplo, enquanto a taxa de crescimento médio do PIB do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos foi de 5,3% ao ano, a taxa de crescimento médio dos empregos no estado do Rio de Janeiro foi menor que 1% ao ano. Percebe-se, claramente, que o nível de emprego não acompanha a taxa de crescimento do PIB. Isso se deve pelo fato desses novos investimentos serem super intensivos em capital e empregarem muito pouco. E, muitas vezes, devido ao nível de qualificação desses empregos, essas vagas não são absorvidas localmente. Outro aspecto importante é que embora a indústria da transformação no Rio de Janeiro responda por 40,8% do PIB, só absorve 10% da força de trabalho.

A queda recente na taxa de desemprego na região metropolitana se deve, primeiro, pelo aquecimento da economia como um todo, corrido nos últimos dois anos. E, segundo, porque com a construção dessas inúmeras obras, acaba-se absorvendo boa parte da força de trabalho, principalmente, em atividades associadas à construção civil. Porém, boa parte desses empregos

devem ser eliminados, no momento em que se completar esse ciclo de investimentos (o que deve acontecer nos próximos cinco anos).

Sobre o aspecto ambiental, esse modelo de expansão do capital no Rio é uma tragédia sem precedentes na história de nosso estado. Já que seu funcionamento está baseado na exploração irracional dos recursos naturais, desprezando o papel estratégico, em um futuro próximo, das reservas de minério de ferro, gás natural e petróleo. Abre-se mão do uso sustentável e soberano sobre essa riqueza, entregando-as aos interesses das transnacionais.

Caminhamos para desenvolver, em nosso estado, atividades siderúrgicas e químicas altamente poluentes que irão aumentar, violentamente, a emissão de gases que contribuem para o aquecimento global. A opção pela expansão da matriz energética passa pela energia nuclear e termoeletrônica. E o desenvolvimento desse conjunto de atividades industriais na Baía de Sepetiba e na Baía de Guanabara coloca em risco todos os ecossistemas existentes nessas regiões. E, conseqüentemente, aqueles que dependem desses biomas para sobreviver (pescadores, quilombolas e pequenos agricultores), em breve, estarão com as suas atividades ameaçadas e, serão obrigados a sair dessas localidades. Além do que, sem a devida fiscalização ambiental, essas atividades podem colocar em risco a saúde dos moradores que vivem nessas regiões.

Acabamos de abordar os aspectos econômicos e ambientais do processo de expansão das grandes empresas no Rio de Janeiro. Porém, são os seus impactos sociais que revelam a sua face mais perversa, já que a expansão de suas atividades se estabelece no território e passa, fundamentalmente, pela capacidade do capital de se apropriar dos espaços. Dessa maneira, ele precisa alterar as relações sociais ali existentes para subordinar as populações que ali vivem à sua lógica de acumulação. O caminho encontrado pelo capital tem sido as remoções ou o controle das comunidades.

Contudo, o capital transnacional, que dirige o processo de reestruturação econômica no Rio de Janeiro, não é capaz de dar conta, sozinho, dessa tarefa. Ele tem se apoiado e/ou se associado a uma parcela das elites locais e ao seu projeto de poder para que possa viabilizar a sua expansão. As empresas transnacionais encontraram na milícia em Santa Cruz, na Polícia Militar nos morros cariocas e nas remoções no Recreio, o ponto de apoio fundamental para viabilizar o desenvolvimento do seu projeto. Dessa forma, percebemos a articulação de interesses transnacionais com os de uma parcela das elites locais.

Cabe levantar, que o capital transnacional não subordina as elites locais ao seu projeto. O que temos é a associação dos diversos interesses. O projeto de poder que já vinha sendo construído no nosso estado e cidade, se associa a esses novos interesses e se moderniza, rejuvenesce e ganha força. Sai a Família Garotinho e entra Sérgio Cabral; sai César Maia e entra Eduardo Paes. Tudo muda e nada muda ao mesmo tempo. Os candidatos das milícias e das transnacionais são os mesmos. O moderno e o arcaico se confundem na vida social e política do nosso estado.

Dessa forma, o projeto de poder que já vinha sendo construído no nosso estado, ganha contornos mais sofisticados. A política de extermínio adotada nas comunidades do Rio de Janeiro às vésperas do Pan Americano gradualmente é substituída pelas Unidades de Polícia Pacificadora. A política do Choque de Ordem moderniza a antiga repressão a trabalhadores e moradores de rua, dando a ela um aspecto mais palatável à classe média carioca. O processo de criminalização da classe que serve a um projeto de poder local, serve também a um projeto de desenvolvimento econômico que precisa mudar o conjunto de relações sociais existentes no território, para que possa se concretizar.

No estado do Rio de Janeiro, nesses últimos anos, tivemos ameaças de morte em Sepetiba de pescadores que protestaram contra a CSA e o assassinato de um pescador em Magé que lutava contra a construção do GASDUC III. Na cidade do Rio de Janeiro, a perspectiva de realização dos mega-eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas servem como pretexto para se reorganizar o território a serviço dessa política de expansão do capital na cidade; não é à toa que o corredor turístico da cidade começa a ser blindado pelas UPPs⁵.

Aqui nosso esquema se fecha. A “grande união” anunciada pelos governos federal, estadual e municipal, não é um pacto artificial e limitado ou a expressão local da unidade política nacional entre PT e o PMDB. Ela representa a convergência de projetos que articulam interesses locais a interesses transnacionais e, com isso, são capazes de coesionar as três esferas de governo no mesmo projeto (91 dos 92 prefeitos!).

As consequências políticas desse projeto são claras. Uma plataforma capaz de reunir em seu torno nomes como Francisco Dorneles, Marcelo Crivela, Eduardo Paes, Sergio Cabral, Piciani, Lindberg e Jandira Feghali (formando um campo político que vai do PP ao PCdoB) tem, por si só, uma enorme força. A parte do movimento social vinculada ao PT e ao PC do B acaba ficando neutralizada, porque seus partidos se encontram dentro da base do governo. Não poderíamos deixar de citar que a política de remoções em curso na cidade, tem sido realizada a partir da secretária de habitação da Prefeitura do Rio, dirigida pelo ilustríssimo Jorge Bittar (PT-RJ). E, quem anda dando nó em pingo d’água para liberar a licença ambiental da CSA, é ninguém mais, ninguém menos, que Carlos Minc (PT-RJ).

Para além das esferas de governo, não devemos desprezar a capacidade desse projeto de, por si só, gerar consensos dentro da nossa sociedade. A ideologia ufanista do desenvolvimento

⁵ Outro aspecto econômico importante que envolve a política de segurança pública é a descoberta feita pelas grandes empresas de que a favela é um mercado consumidor em potencial, com forte demanda reprimida. Basta lembrarmos que no dia seguinte à ocupação no Complexo do Alemão, empresas como NET e TVA estavam com estandes montados prontas para expandir a sua rede de assinaturas de TV a cabo e todos os principais bancos: Santander, Itaú, BB, CEF e Bradesco colocam como a fronteira mais importante da expansão da rede bancária a entrada nas favelas do Rio de Janeiro; aquilo que a milícia já havia descoberto anos antes, agora se apresenta para grandes empresas e bancos como importante mercado potencial na expansão do consumo e do crédito.

associado ao espírito Olímpico tem revelado uma enorme capacidade de coesão da sociedade entorno de seu projeto. Não podemos, simplesmente, denunciar um processo de desenvolvimento – que é criminoso, poluidor e excludente – sem perceber a capacidade que ele vem tendo de mobilizar o conjunto da sociedade (organizada ou não) na sua defesa e, isolar aqueles que resistem a esse projeto.

A próxima sessão do texto tenta analisar caso a caso, apresentando como esse processo se efetiva nas diversas realidades locais espalhadas pelo estado do Rio de Janeiro.

2. O Estado do Rio de Janeiro como plataforma exportadora de Commodities.

Segundo a FIRJAN, o total de investimentos previstos no estado do Rio de Janeiro nos próximos anos é de 123,6 bilhões de reais, sendo aproximadamente 28 bilhões de reais ligados à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Esses investimentos se concentram em cinco regiões do nosso estado. São elas: porto de Sepetiba e suas ramificações, o pólo petroquímico na baixada fluminense, o complexo portuário do Açu, a Baía de Campos e, no pedaço da cidade do Rio de Janeiro “beneficiado” pelos mega-eventos.

i) O Porto de Sepetiba e sua extensão: Pólo Industrial da Zona Oeste, o Arco Metropolitano e a Região do Médio Paraíba.

(CSA {ThyssenKruppi + Vale S/A}, Gerdau, LLX, CSN, Petrobrás, USIMINAS, Votorantim)

O Porto de Sepetiba é, sem dúvida nenhuma, um dos principais eixos de expansão do capital em nosso estado. Seus efeitos se estenderam por toda a Zona Oeste do Rio de Janeiro, pela Baixada Fluminense (no entorno do Arco metropolitano) e até a região do Médio Paraíba (Volta Redonda, Barra Mansas e Resende). Principal plataforma exportadora do Estado do Rio de Janeiro, o Porto de Sepetiba foi planejado para ser um dos principais portos de escoamento de minério de ferro e produtos siderúrgicos do país e da América Latina (Bolívia e Paraguai)⁶.

A reforma e dragagem do Porto de Sepetiba, obra prevista pelo PAC, está orçada no valor de 150 milhões de Reais. Além do Porto de Sepetiba, uma série de empresas instalará plataformas portuárias na região. A LLX prevê o investimento de 1,5 Bilhões de Reais na construção de um porto

⁶ O Porto de Sepetiba também pode ser compreendido dentro do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana). O IIRSA é o um projeto apresentado pelos governos da região que tem por objetivo integrar as infra-estruturas de transportes e logística da América Latina, permitindo o acesso rápido e barato das transnacionais aos recursos naturais. Dentro desse contexto, com o saturamento do Porto de Santos, alternativas de escoamento da produção para o mercado externo precisavam ser construídas; a construção do Porto de Sepetiba se dá dentro desse cenário.

privado de estocagem de minério de ferro (Porto do Sudeste). A CSN prevê o investimento de 4,6 bilhões de reais na construção de um porto de estocagem de produtos siderúrgicos. E a Gerdau prevê o investimento de 1,1 bilhões de reais em empreendimento semelhante. Além dessas empresas, a Petrobrás e a USIMINAS detêm enormes terrenos na região e programam realizar investimentos parecidos.

Porém, o investimento mais significativo na região é, sem dúvida, a implementação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, a CSA (ThyssenKrupp Steel, 73,13% e Vale S/A, 26,87%). Resultado de um investimento de 13,2 bilhões de reais (o maior investimento privado do país), dos quais 1,4 bilhões financiados pelo BNDES. É, portanto, o símbolo de um modelo de desenvolvimento dependente do ponto de vista econômico, insustentável do ponto de vista ambiental e perverso do ponto de vista social. Empreendimento dirigido pela Thyssen Krupp (importante transnacional alemã do setor siderúrgico) junto com a Vale S/A (transnacional brasileira), a CSA realiza no Brasil, as etapas mais poluentes e de menor valor agregado da cadeia produtiva do aço, conhecidas como processos de primeira geração e, em seguida, exportaremos essas placas de aço para a Alemanha e opera s EUA, onde passarão pelo processo de laminação (menos poluente e de muito maior valor agregado)⁷.

Os impactos ambientais gerados pela CSA não se limitam apenas à destruição da Baía de Sepetiba, ou no aumento de 75% das emissões de CO₂ no estado do Rio de Janeiro. As atividades da empresa podem botar em risco a saúde dos moradores de Santa Cruz. O pó de minério, que é lançado sobre as casas na região, poderá aumentar a incidência de doenças respiratórias e, no futuro, poderemos ter o aumento dos casos de câncer na região.

Os impactos econômicos das atividades desenvolvidas em Sepetiba/Itaguaí não ficaram restritos apenas à região do Porto. Eles se estendem tanto para Baixada Fluminense quanto para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, principalmente no entorno do Arco Metropolitano (outra obra do PAC na região, com um investimento previsto de 1,2 bilhões de Reais). Esta rodovia tem por objetivo interligar o Porto de Sepetiba ao Pólo Petroquímico em Itaboraí, constituindo em seu entorno um importante complexo industrial.

O Porto de Sepetiba também irá se articular com a região do Médio Paraíba (Volta Redonda, Barra Mansa, e Resende). Para isso, o governo federal está patrocinando a reforma da linha férrea que liga o Porto de Sepetiba à Barra Mansa (trecho privatizado em 1996 e entregue a MRS Logística⁸). A obra que conta com o apoio do PAC, está orçada em 436 milhões de reais e irá permitir a articulação do Porto de Sepetiba com as principais siderúrgicas da região do vale do Paraíba do Sul. Por conta desse processo, a CSN, em Volta Redonda, espera investir 712 milhões de reais e a

⁷ Parte dessa produção será importada para o Brasil, já que não existe em nosso país nenhuma siderúrgica que realize os processos de terceira geração da cadeia produtiva do aço.

⁸ A MRS Logística (Vale S/A - 10,89%) também recebeu um financiamento do BNDES de 50 milhões de reais para o aumento de sua produtividade e tem um projeto de construção de uma oficina para sua locomotiva no valor de 70 milhões de reais em andamento na região do Centro Sul Fluminense.

Votorantim, em Resende, está investindo 1,2 bilhões reais. Ambas o fazem na ampliação das suas atividades siderúrgicas. Finalmente, com a reforma e privatização da BR-393 (negócio de 1,4 bilhões de reais. Operada pela Acciona), que liga Volta Redonda a Três Rios, o complexo siderúrgico irá se articular com o pólo metal-mecânico (Michelin, Volkswagen Caminhões, Peugeot Citroen são algumas das empresas que serão beneficiadas).

Por último, e não menos importante para que esse conjunto de empreendimentos possa funcionar, é necessário se ampliar a geração de energia elétrica para essa região. A solução encontrada será a construção da Usina Nuclear de Angra 3, obra prevista pelo PAC, com investimentos entorno de 7,8 Bilhões de Reais. Ela será responsável pela geração de mais de 80% da energia consumida no estado. As críticas a esse modelo já foram expostas acima.

ii) O Pólo Petroquímico.

(Petrobrás, Queiroz Galvão, Odebrecht, Petroquisa, e Braskem)

O maior investimento feito no estado do Rio de Janeiro é a construção do COMPERJ em Itaboraí. Os investimentos na sua construção são de 16,6 bilhões de reais que têm por objetivo, construir um conjunto de refinarias que irão produzir os insumos básicos da cadeia produtiva da Indústria de Plásticos. Investimento realizado pela Petrobrás, mas em breve a Braskem (Odebrecht 52,51% e a Petrobras 16,31%) deve se associar ao empreendimento e se instalar na região.

Para além do COMPERJ em Itaboraí, multiplicam-se os investimentos nessa região. Em Duque de Caxias, a REDUC receberá investimentos para ampliação de sua capacidade produtiva de 1,5 bilhões de reais e já está construindo o GASDUC III, gasoduto que liga a refinaria a Cabiúnas-Macaé (local onde fica armazenada parte do petróleo e gás natural extraído da bacia de Campos). Essa obra prevista pelo PAC é um empreendimento realizado pela Odebrecht junto com a Queiroz Galvão, que recebeu um empréstimo de 4,5 bilhões de reais do BNDES. A construção do gasoduto está diretamente associada ao caso do assassinato do pescador Anderson em Magé e às tentativas de assassinato de lideranças locais que protestaram contra a sua construção.

Esse conjunto de refinarias se soma a outras indústrias químicas na região (Pan Americana, Farmoquímica e Condor Indústria Química que totalizam investimentos de 34,7 milhões de reais e a COQUEPAR prevê investimentos de 524 milhões), formando um importante pólo petroquímico com investimentos de quase 20 bilhões de reais. O impacto ambiental dessas atividades será enorme e é o setor petroquímico um dos principais vilões do meio ambiente. Os resíduos gerados pelos processos indústrias dessas refinarias serão despejados diretamente na baía colocando em risco a APA de Guapimirim e a Estação Ecológica da Guanabara que juntas protegem a maior extensão contínua de manguezais na Baía de Guanabara

iii) O Porto do Açu.

(EBX: WISCO, MMX, OGX e LLX)

O Porto do Açu é o projeto que melhor representa o plano de transformar o estado do Rio de Janeiro em uma Plataforma de Beneficiamento e exportação de Commodities. Localizado no município de São João da Barra, é um empreendimento da LLX de 3,8 bilhões de reais, dos quais 800 milhões são financiados pelo BNDES. A idéia é construir um grande complexo industrial, voltado para a exportação de matérias primas, principalmente minério de ferro, etanol, celulose e petróleo e seus derivados.

No caso do minério de ferro, a MMX, outra empresa de Eike Batista, está construindo um mineroduto que parte de Itapanhoacanga/MG. Lá, o minério será extraído e beneficiado de forma que possa atravessar o estado do Rio de Janeiro até o Porto do Açu, onde será pelotizado e, em seguida, exportado. Existe, ainda, a expectativa da WISCO⁹, siderúrgica chinesa, se instalar na região. A WISCO prevê o investimento de 5 bilhões de reais na construção de mais uma siderúrgica em nosso estado, que fará a transformação do minério de ferro em chapas de aço – produção que se destinará à exportação. O que não se fala sobre o mineroduto, é que para que possa funcionar, ele depende do bombeamento de água pelos seus dutos, para transportar o minério. O problema é que para tanto será consumida boa parte dos recursos hídricos da região do Noroeste e Norte Fluminense.

O Complexo Industrial do Açu também pretende se articular com o complexo canavieiro da região, tornando-se um importante pólo exportador de Etanol. Em Quissamã, está prevista a construção de uma usina para a produção de etanol no valor de 12 milhões. Esse violento processo de modernização que o agronegócio do norte fluminense passa, com certeza, não irá se refletir na redução dos casos de trabalho escravo presentes na região ou, muito menos, na melhoria das condições de trabalho no cultivo da cana.

Outra articulação importante será feita com a produção de Eucalipto no sul do Espírito Santo. O deserto verde, que não para de crescer, passará a ter mais um ponto de apoio. O objetivo é que nos próximos anos se instale empresas para a produção de celulose com destino ao mercado externo. Para que isso seja possível, será necessária a duplicação da BR-101, no trecho que vai de Rio Bonito a Campus e Campus a Vitória-ES. Ambas as obras já estão previstas pelo PAC II, a expectativa é que após a duplicação, esses trechos sejam privatizados.

Dessa maneira, o complexo portuário do Açu irá se articular com o agronegócio: do deserto verde do Espírito Santo ao complexo canavieiro do norte fluminense, na produção e exportação de etanol e celulose. Finalmente, a OGX se encarregará da exportação do petróleo que extrai da Bacia de Campos. Para que todas essas atividades possam ser realizadas nessa região, a LLX está

⁹ A WISCO (Wuhan Iron and Steel Company) acaba de comprar 21,5% da MMX em um negócio de 400 milhões de dólares, esse é mais um exemplo de associação entre o capital transnacional brasileiro e estrangeiro.

construindo uma usina termoeletrica movida a carvão mineral, no valor 8,5 bilhões de reais, que irá gerar energia, prioritariamente, para essas atividades indústrias.

v) Bacia de Campos, Pré Sal e Indústria Naval (PROVISÓRIO)

A extração de Petróleo e Gás Natural na Bacia de Campos talvez seja a principal atividade econômica do estado do Rio de Janeiro. A Petrobrás é a principal empresa que atua na região, mas desde os leilões do petróleo, deixou de ser a única. A OGX, Chevron e Repsol são apenas algumas das empresas que se beneficiaram com o fim do monopólio.

Os investimentos esperados nessa região impactam o conjunto do estado. A Petrobrás tem a previsão de investir 40 bilhões de reais, a Chevron 5,8 bilhões de reais e a OGX 2 bilhões de reais; no aumento da prospecção e exploração de petróleo e gás natural. Boa parte desses investimentos, são dirigidos à Indústria Naval, pois com a intensificação das atividades portuárias no Rio de Janeiro e as atividades petrolíferas na Bacia de Campos, a indústria naval se re-articula. As cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí, Angra dos Reis e Macaé (Barra do Furado) reabrem seus estaleiros com o objetivo de atender a demanda pela manutenção e construção de plataformas e embarcações. Com o Pré-Sal, esse processo tende a se intensificar. Reservas que, diga-se de passagem, já foram em parte leiloadas como mostra a tabela abaixo.

Distribuição dos Poços do Pré-Sal	
Poços	Empresas
Tupi	Petrobras (65%), BG Group (25%) e Petrogral (10%)
Iara	Petrobras (65%), BG (25%) e Galp Energia (10%)
Parati	Petrobrás (100%)
Júpiter	Petrobras (80%) e Galp Energia (20%)
Carioca	Petrobras (45%), BG Group (30%) e Repsol (25%)
Azulão	Petrobras (20%), HES (40%) e EXX (40%).
Bem-te-vi	Petrobras (66%), Shell (20%) e Galp Energia (14%)
Caramba	Petrobras (80%) e Galp Energia (20%)

3. A Cidade do Rio de Janeiro: uma cidade partida, a ser repartida.¹⁰

Quando a cidade do Rio de Janeiro foi anunciada como sede das Olimpíadas de 2016, muitos cariocas comemoraram a escolha do comitê olímpico internacional. Imediatamente, uma enorme expectativa sobre o futuro da cidade se constituiu. Somado a isso, veio a esperança de que problemas estruturais da cidade- como transporte, moradia, saúde e educação- fossem resolvidos.

Mas qual é o verdadeiro projeto Olímpico em curso no Rio de Janeiro? E a quais interesses ele serve? Qual é o sentido das mudanças em andamento? O que podemos perceber nesse curto espaço de tempo que nos separa do hoje até a realização dos jogos? Não podemos esquecer que estamos a 3 anos da Copa do Mundo e a 5 anos das Olimpíadas e as mudanças necessárias para que esse projeto de cidade se viabilize, devem se acelerar em breve.

Os jogos passam e a cidade fica. Por isso, precisamos compreender os megaeventos¹¹ (Olimpíadas e Copa do Mundo) como projetos que servem para reorganizar as relações sociais no território. O resultado de sua realização é a mudança nas estruturas de funcionamento da cidade- do sistema de transportes à política de segurança pública. Toda a infra-estrutura da cidade será readaptada para que se possa realizar as Olimpíadas.

Quando analisamos os investimentos feitos na cidade do Rio de Janeiro associados aos jogos Olímpicos, percebemos um projeto que terá como resultado o aprofundamento da segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. O hiato existente entre o Subúrbio e a Zona Sul irá se aprofundar. Uma cidade que será repartida entre os incluídos e “beneficiados” pelas mudanças e por aqueles excluídos e marginalizados por esse processo.

O Comitê Olímpico¹² apresenta quatro grandes regiões onde irão acontecer os jogos. São elas: Maracanã, Copacabana, Jacarepaguá e Deodoro. Quando sobrepomos o mapa das intervenções em função dos jogos, sobre o Mapa das UPPs no Rio de Janeiro, fica clara a convergência de projetos. Outro elemento que revela a convergência de projetos é a doação de empresas para a construção de UPPs (EBX 20 milhões, Bradesco Seguros 2 milhões, Coca-Cola 900mil e Souza-Cruz 400mil)

O sentido da expansão do capital no Rio de Janeiro segue alguns vetores muito claros: a reestruturação do centro em função da expansão das atividades das grandes empresas nas áreas de gestão (que trataremos mais a frente), a expansão da rede hoteleira, a consolidação do corredor

¹⁰ O companheiro Guilherme Marques “Soninho” escreveu, recentemente, um ótimo texto que trata das mudanças na cidade do Rio de Janeiro em função dos Jogos Olímpicos, “Pau e Circo” publicado no Brasil de Fato. Recomendamos fortemente a leitura do texto para um entendimento melhor sobre o problema.

¹¹ Muito se fala da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mas não devemos esquecer que entre 2010 e 2016 teremos pelo menos um grande evento por ano. Fórum Mundial Urbano (2010); Jogos Mundiais Militares (2011); Rio+20 (2012); Copa das Confederações (2013); Copa do Mundo (2014); Copa América (2015) e Olimpíada (2016).

¹² Henrique Meireles ex-presidente do Banco Central, em breve assumirá a APO (Autoridade Pública Olímpica), empresa pública de direito privado que será responsável por todas as obras dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro.

turístico da cidade (Do Maracanã à Barra da Tijuca) e a expansão da fronteira imobiliária. Todos esses vetores convergem no sentido de transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma cidade global da periferia do capitalismo¹³, especializada em serviços de alto valor agregado (gestão de negócios, serviços financeiros, TI e turismo).

A perspectiva da rede hoteleira é de expandir em 10 mil o número de quartos de hotéis na cidade. O BNDES abriu uma linha de financiamento específica no valor de 1 bilhão de reais para a construção e reforma de hotéis. A EBX, empresa de Eike Batista, depois de ter comprado a Marina da Glória, está investindo 213 milhões na reforma do Hotel Glória. E as principais cadeias internacionais de hotéis já anunciaram seus investimentos. Operações como Copacabana Legal e Ipanema Legal e as ações do Choque de Ordem na Lapa, consolidam o corredor turístico da cidade. Até a paisagem das praias cariocas começa a mudar com a substituição dos antigos quiosques.

A expectativa de realização das Olimpíadas e da Copa do Mundo acaba por gerar um aumento dos preços dos imóveis (capitais atraídos para a cidade com a expectativa de lucrarem com os eventos, pressionam a demanda por imóveis e estimulam a especulação imobiliária), o que eleva o apetite das grandes construtoras em expandir a fronteira imobiliária do Rio de Janeiro. A direção desses investimentos já conhecemos: é a Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Jacarepaguá. A política de remoções iniciada por Eduardo Paes (PMDB-RJ) e Jorge Bittar (PT-RJ) é, em parte, reflexo desse processo. Foram nessas regiões que começaram as primeiras tentativas de remoções por parte da prefeitura.

A construção da Transcarioca, Transoeste e Transolímpica, o BRT Carioca, irá desapropriar milhares de imóveis na Zona Oeste. Só com a Transcarioca, a expectativa é que sejam desapropriados aproximadamente 3600 imóveis. O Plano Diretor do Rio de Janeiro estabelece mais de 50 áreas sujeitas à intervenção do poder público (remoções) e a expectativa é de que até as Olimpíadas 130 favelas sejam removidas. Os impactos dessa política são catastróficos. Milhares de famílias que, com muita dificuldade, construíram suas casas e suas vidas, podem perder tudo de uma hora para outra.

A opção feita pela Prefeitura de construção desses três corredores viários, os BRT's (corredores de ônibus expressos), não irá solucionar o problema do sistema de transportes do Rio de Janeiro. Já que os BRTs se caracterizam por ser um modal coletivo e não de massas. A expansão do metrô para a Barra da Tijuca, também não será capaz de superar o nosso problema de mobilidade. Embora o metrô seja um transporte de massas, a opção de se expandir o metrô em "linha" ao invés de "rede", aumenta a saturação das estações do Centro do Rio. Isso piora a qualidade do sistema de transporte. Essas duas obras apenas servem para valorizar os terrenos de interesse das grandes construtoras na região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá.

A última obra que merece destaque é a reforma do Galeão. Serão investidos pelo poder público 678,9 milhões de reais para a reforma e expansão do aeroporto. O problema é que após a

¹³ MARQUES, Guilherme. **Pau e Circo**, Brasil de Fato (20/12/2010)

realização desse investimento, a expectativa é de que o aeroporto seja entregue a iniciativa privada através da sua privatização¹⁴. Estaremos repetindo a trágica experiência dos anos noventa, em que o governo reforma e moderniza as empresas públicas para em seguida privatizá-las.

i) O Centro do Rio de Janeiro e o Projeto Porto Maravilha.

Hoje, o centro do Rio de Janeiro vive um intenso processo de reorganização sócio-espacial. O sentido dessa transformação pode ser entendido a partir da necessidade de expansão das atividades de gestão empresarial, tecnologia da informação e outros serviços associados (serviços jurídicos, contábeis e de manutenção), das empresas que têm suas sedes no centro do Rio.

E não são poucas e nem tão pouco importantes as empresas que ocupam o centro do Rio de Janeiro. As principais transnacionais brasileiras estatais e privadas (Petrobrás, Furnas, Eletrobrás, Vale, Gerdau, Unimed, Telemar, Oi e Lojas Americanas), fundos de pensão (Previ, Petros e Littel), algumas transnacionais estrangeiras (Shell, Coca-Cola, Xerox e IBM) além, é claro, do BNDES.

O projeto Porto Maravilha talvez seja o símbolo desse processo de reorganização territorial em curso no centro do Rio de Janeiro. O Porto Maravilha é uma empresa pública de direito privado que ganhou da prefeitura do Rio os direitos sobre a gestão dos serviços de utilidade pública (operação urbanística consorciada). Ele pode cobrar taxas de empresas e moradores que vivem na região (para aqueles que não conhecem, o Porto Maravilha administra toda a região que se estende da Leopoldina à Praça Mauá, passando pelos bairros da Gamboa, Saúde e Providência) e, em troca, a empresa deve fazer investimentos de melhorias urbanísticas na região.

O principal mecanismo que será utilizado pela empresa para se capitalizar, será o da venda no mercado dos CEPAC's (Certificados de Potencial Adicional Construtivo) que são títulos mobiliários negociados em bolsa que, resumidamente, dão ao portador o direito de construir 1 pavimento. Ou seja, quando uma empresa adquire um terreno na região do Porto Maravilha, ela tem o direito de construir de 1 a 2 pavimentos, porém, o gabarito na região permite que ela construa até 30 pavimentos. Para que essa empresa possa construir mais 28 pavimentos, ela deverá adquirir esses CEPACs no mercado financeiro, nesse caso 28 CEPAC's. Estamos diante de um processo de privatização e financeirização do espaço urbano, em que o direito de construir se transforma em mercadoria e o sentido dos investimentos urbanos deixa de servir aos moradores, e passam a se dar em função apenas de interesses privados.

O projeto do Porto Maravilha recebeu da Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal 374 milhões de reais para o investimento na região. Além de outros investimentos, já anunciados,

¹⁴ A FIFA exige a reforma de todos os aeroportos que se localizam em cidades que iram sediar partidas do mundial. Essa exigência abre caminho para o governo federal viabilizar as condições para a privatização dos Aeroportos no País, reformando e expandindo para em seguida privatizar.

que somam quase 1 bilhão de reais. Com a possibilidade da construção do Trem Bala, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo (investimento que não será menos de 30 bilhões de reais financiados boa parte pelo Tesouro Nacional) a expectativa de valorização da região é incalculável (o Trem-Bala terá o seu terminal de passageiros na Leopoldina). Só para se ter uma ideia, a prefeitura do Rio elevou o gabarito da região da Leopoldina para 50 andares, o que com certeza irá mudar em breve a paisagem da cidade. Outra mudança controversa é a construção da estação de metrô da Cidade Nova, a partir da linha 1A que levou ao caos o metrô no início do ano passado. O sentido de se construir essa estação é o de contribuir para a valorização de imóveis na região.

A UPP da Providência, a recente remoção de ocupações como a Zumbi dos Palmares e o recrudescimento das ações do Choque de Ordem na região, não se dão aleatoriamente. Elas estão intimamente ligadas a esse projeto de cidade segregador e privatizante, pensado em função do lucro e não da vida.

Não é só a região do Porto Maravilha que vive esse processo de transformação. Esse movimento se expande por todo o Centro do Rio de Janeiro. Podemos citar os seguintes investimentos: a WTORRE está investindo 800 milhões na construção de um centro empresarial na Presidente Vargas; TSHIMAN 500 milhões em outro prédio na Avenida Chile e a Petrobras está construindo um enorme prédio na área da Praça da Cruz Vermelha que, inclusive, recentemente, foi responsável pela queda de vários pequenos imóveis no seu entorno. Tivemos a remoção da Ocupação da Guerreiros Urbanos (despejada de forma violenta pela Polícia Federal) e as operações do Choque de Ordem se estendem da Candelária a Lapa.

Considerações Finais

Neste momento, já somos capazes de definir alguns elementos que caracterizam o processo de expansão do capital no Rio de Janeiro. Do Porto de Sepetiba/Itaguaí até o Super-Porto do Açu, passando pela cidade do Rio de Janeiro, três elementos comuns se destacam. Primeiro: o processo de reestruturação produtiva e consolidação das transnacionais brasileiras. Segundo: o processo de criminalização da classe a serviço de um projeto de poder das elites locais. Terceiro: a reorganização das relações sociais no território e seus impactos socioambientais. Esses três elementos se articulam de maneira profunda entre si, acelerando o processo de transformações socioeconômicas no Rio de Janeiro.

O desafio colocado ao movimento social é grande. Estamos diante de um projeto de cidade e estado capaz de articular interesses locais a interesses transnacionais e coesionar as três esferas de governo na mesma agenda política. Resistir a um projeto bilionário que carrega consigo enorme apoio popular, não será tarefa fácil.

A luta dos movimentos sociais deve assumir, cada vez mais, uma agenda anticapitalista e ecossocialista de enfrentamento direto as transnacionais, ao mesmo tempo, em que se intensifica a luta em defesa dos direitos humanos. Precisamos fortalecer os laços de solidariedade presentes entre as diversas organizações do movimento social e apoiar os focos de resistência que já se levantam contra esse projeto. Os desafios são grandes, mas a nossa força também.

